

Das revoluções anticoloniais à exploração capitalista dos recursos naturais

Raquel Varela*

Resumo:

Neste artigo, a autora examina os movimentos de lutas anticoloniais. Observa que entre as lideranças dos movimentos que vencerem nas colônias, o internacionalismo era minoritário. Em países onde o movimento nacionalista burguês foi mais forte, a independência recorreu menos às armas; em países onde a corrente comunista era dominante, a guerra foi frequentemente a resposta. Identifica uma forte contribuição dos EUA na descolonização. No quadro mundial interimperialista, era prejudicial ao comércio estadunidense que países como a Inglaterra e a França mantivessem colônias e acesso a territórios e riquezas naturais impenetráveis pelos norte-americanos. Hoje estamos diante de mercados cuja cadeia produtiva de acumulação dos países do centro depende de matérias-primas da periferia (e do trabalho barato ou forçado). São trocas desiguais profundas. Numa palavra, neocolonialismo.

Palavras-chave: anticolonialismo; neocolonialismo; imigração em massa; exploração de recursos naturais.

On Anti-Colonial Revolutions and the Capitalist Exploitation of Natural Resources

Abstract:

In this article the author examines anti-colonial movements. She observes that among the movement leaders who were victorious, internationalism was uncommon. In countries where the bourgeois nationalist movement was stronger, independence did not rely as much on arms; in countries where the communist current was dominant, armed force was frequently used. The article identifies a strong contribution of the United States to decolonization. In the global inter-imperialist system, it was harmful to U.S. trade that countries like Great Britain and France maintained colonies and access to territories and natural resources inaccessible to North Americans. Today, we face a market in which the productive chains of the center countries depend on raw material from the periphery (as well as cheap or forced labor). These are profoundly unequal exchanges or, in a word, neocolonialism.

Keywords: anti-colonialism; neocolonialism; mass immigration; natural resource exploitation.

* Doutora em História Política e Institucional pelo Instituto Universitário de Lisboa. Professora da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. End. eletrônico: raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk

O movimento anticolonial

Roger Casement, na luta contra o trabalho forçado, denuncia soldados ao serviço do rei Belga, no Congo em finais do século XIX, que tinham torturado e espancado um homem, e dirige-se a um deles: “Se este rapaz morrer por culpa das chicotadas, carregará um crime na sua consciência”. O soldado da Força Pública responde-lhe: “– Quando vim para o Congo tomei a precaução de deixar a minha consciência no meu país – disse o oficial.”

Mário Vargas Llosa, *O Sonho do Celta* (2010).

Nem os EUA nem a URSS tinham colônias. Como se veio a revelar durante a Guerra Fria, tinham todo o interesse em disputar esses territórios, mercados de matérias-primas e de força de trabalho, aos velhos impérios inglês, francês, português e holandês. Com a conscrição para a guerra dos povos coloniais, há uma expansão das ideias que vingaram contra o nazismo: o antirracismo (Vadney, 1998, p. 90); o direito à autodeterminação. Direitos que se tinham aprofundado com a ideologia socialista, já na Primeira Guerra Mundial, mas que na Segunda Guerra Mundial vão ampliar-se. Na ONU mais do que duplicam, após as revoluções do pós-45, nas colônias, o número de novos Estados representados.

É difícil, porém, falar de um único movimento anticolonial. Eles são muito distintos e remetem à relação de forças internas dos Estados. E às relações entre os Estados no mundo global.

Amílcar Cabral, do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na Guiné portuguesa, espelha a ideia socialista mais do que a pan-africanista de um Sékou Touré ou a nacionalista-religiosa da Frente de Libertação da Argélia (Castanheira, 1995); o grito internacionalista de Che Guevara na XIX Assembleia da ONU em 1964, “Um, dois, três Vietnãs!”, traduzia a vontade de levar a revolução socialista ao “terceiro mundo”, pelo apoio à construção de partidos-guerrilha locais.

O internacionalismo é minoritário entre as lideranças dos movimentos que vencerem nas colônias. Justamente em países onde o movimento nacionalista burguês é mais forte, como na Índia (independente em 1947), a independência recorre menos às armas; em países onde a corrente comunista é dominante, a guerra foi muitas vezes a resposta (Vadney, 1998, p. 99). O caso mais devastador foi a Guerra do Vietnã (Neale, 2003) e do conjunto da província da Indochina, cujos líderes tinham não só a experiência adquirida na guerra contra o Japão como aderido às ideias socialistas, inspirados pela Revolução Chinesa bem sucedida de 1949.

Nos países árabes, uma forma de nacionalismo burguês progressista laico, como o nasserismo e o baathismo (Achcar, 2016; Makdisi, Prashad, 2017),

vence durante alguns anos nas décadas de 1960 e 1970. O tipo de regimes que surge destas lutas é muito variável. Desde democracias moderadas como a de Soekarno na Indonésia a regimes semibonapartistas com modernização política e social, como no Iraque do partido Baath, a regimes ditatoriais macabros, como o Camboja dos khmer vermelhos.

De acordo com Vadney (1998, p. 97), os EUA contribuíram mais para a descolonização do que a URSS, ocupada em consolidar o poder na Europa do Leste. É difícil afirmá-lo, cremos; o que é um fato é que as revoluções anticoloniais tiveram, pelo menos no seu início, em grande parte dos países, a desconfiança ou a lenta adesão da URSS, mesmo no caso da China de 1949, e de Cuba 10 anos depois (Arcary, 2004). A este respeito, vale a pena ler o testemunho de Jir'í Pelikán, dirigente da “Primavera de Praga” em 1968 e com responsabilidades na liderança mundial da União Internacional de Estudantes (UIE), organizada a partir da URSS. Pelikán recorda que a defesa entusiástica da juventude dos partidos comunistas da Revolução Cubana e da luta de libertação nacional da Argélia criou incômodos internos nas altas esferas da URSS:

A política de coexistência pacífica criou os primeiros problemas dentro da União Internacional dos Estudantes [...]. Por exemplo, nós estávamos profundamente envolvidos no apoio à luta de libertação nacional da Argélia. Mas quando Kruchtchev foi a França, os representantes soviéticos ficaram relutantes em votar a favor da Argélia nas resoluções da UIE, porque isso ia criar problemas ao Governo francês (Pelikán, 1972, p. 6).

Os EUA tinham saído da Segunda Guerra Mundial a defender a independência das colônias. No quadro mundial de luta inter-imperialista, era prejudicial ao comércio norte-americano que países como a Inglaterra e a França mantivessem colônias, porque isso significava mercados privilegiados para estes países onde os EUA tinham mais dificuldade em penetrar. Essa atitude foi também preponderante, embora com ziguezagues, consoante os humores da Guerra Fria e a política interna norte-americana face às colônias portuguesas (Rosas, 1992).

A Conferência de Bandung começou em 18 de abril de 1955, em Java, na Indonésia, ex-colônia holandesa, com um discurso de Soekarno, presidente da Indonésia. Soekarno será deposto por um golpe patrocinado pelos EUA em 1967, que levou Suharto ao poder. Ao todo, participaram da conferência 29 países, representando um total de 1.350 milhões #de pessoas. Estavam presentes os seguintes Estados: Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Laos, Líbano, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Japão, Índia, Indonésia, Paquistão, Turquia, Síria, Israel, República Democrática do Vietnã, Irão, Iraque, Vietnã do Sul, Nepal, Iémen do Norte, Etiópia, Líbia, Libéria e Egito.

Nos planos de reconstrução do após-guerra (os povos da Ásia) tomaram mais nitidamente consciência da sua situação económica, do anacronismo da estrutura social, mas já integrada numa visão de conjunto. Para além da existência de diversas civilizações, religiões, línguas e influências estrangeiras, a situação era comum a todos os povos asiáticos (*Observer*, 1955)¹.

A conferência veio a ser a institucionalização de uma nova realidade: a emergência de nações independentes, com um programa político fortemente marcado pelo anticolonialismo. Nos objetivos da conferência estavam: a autodeterminação dos povos, a rejeição do colonialismo e do neocolonialismo, ou seja, domínio econômico; o não-alinhamento com nenhuma das duas superpotências, EUA e URSS; a solução dos conflitos internacionais por meios pacíficos, de acordo com a Carta da ONU; o direito de cada nação a defender-se de uma agressão.

Bandung é a primeira grande cimeira que apresenta o racismo e o imperialismo como crimes. Alguns setores presentes chegaram mesmo a propor um tribunal para julgar os crimes da colonização, uma ideia que nunca passará à prática, sobretudo por pressão dos países centrais europeus e dos EUA.

Veio de Bandung um novo jargão político: “não-alinhamento”, conflito “Norte-Sul”, e não mais só um conflito Ocidente-Oriente. Nasce o “terceiro mundo”. Vijay Prashad acredita que o terceiro mundo

não é um lugar. É um projeto. Durante as aparentemente intermináveis batalhas contra o colonialismo, os povos da África, Ásia e América Latina sonharam com um novo mundo. Anseiam por dignidade acima de tudo, mas também pelas necessidades básicas da vida (terra, paz e liberdade). Eles reuniram as suas queixas e aspirações em vários tipos de organizações e as suas lideranças formularam uma plataforma de exigências comuns (Prashad, 2007, p. xv – tradução nossa).

A ideia de um “terceiro mundo” é controversa. O primeiro mundo seria o mundo capitalista; o segundo, o mundo soviético e o satélite deste; e um terceiro, de desalinhados e pobres (Wallerstein, 1990). Mas isso não correspondeu à realidade. O mundo era um todo, com um sistema internacional de Estados atravessados por contradições internas e divididos entre si. De fato, as economias estavam interligadas de tal maneira entre si que a crise econômica dos anos 1970 levou ao fim da URSS e ainda hoje o chamado primeiro mundo não vive sem a relação neocolonial que estabelece com aquilo que se chamava então “terceiro mundo”. Por outro lado, politicamente, os países eram atravessados por contradições de

¹ Citado em República, no dia 22 de abril de 1955.

classe profundas: a adesão ao neoliberalismo pelas classes dirigentes nos países descolonizados a partir dos anos 1980 demonstrou que dentro do terceiro mundo havia uma parte importante do primeiro mundo – poderoso e centralizador dos recursos produtivos; altamente corrupto. E a solidariedade mundial contra a Guerra do Vietnã, que encheu as ruas de Nova Iorque a Paris, mostrou que havia no “primeiro mundo” partes do “terceiro”.

A dimensão da Conferência de Bandung é, sem dúvida, um reflexo das mobilizações, em alguns casos, insurreições, de milhões de seres humanos, sobretudo de camponeses. Um mundo dominado pela colonização – da Inglaterra, da França, de Portugal, da Espanha, da Holanda –, que, com a Segunda Guerra Mundial se rebelou. No caso de Portugal, que ficou fora da Segunda Guerra Mundial, embora com cumplicidades evidentes de Salazar com o regime hitleriano nos primeiros anos (Louçã, 1997; 2000), só na década de 1960 o império vai ser questionado pelos movimentos de libertação. Foi essa reação que chegou às ruas de Londres e Lisboa, mas dividir o mundo em zonas geográficas cria um jogo de espelhos que oculta que importantes contradições de classes sociais atravessaram estas zonas.

“Um, dois, três Vietnãs”

Os problemas para a França nas colônias aumentavam de dia para dia, logo a seguir à guerra. Em princípios de dezembro de 1952, o secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores Tunisianos, Farhat Hached, é assassinado. O acontecimento marca o início de violentos confrontos contra o colonialismo francês nas ruas da capital, Tunes.

O conflito estende-se a Marrocos, que também exige autonomia face à França (e uma parte, no Sul, face à Espanha). Numa manifestação em Casablanca, um marroquino é morto. No dia seguinte, uma greve geral de 24 horas, convocada pelos sindicatos comunistas e nacionalistas, desponta com uma enorme força contra o país ocupante.

Duas bombas explodem em estabelecimentos comerciais de franceses e sete europeus são mortos de forma brutal. Casablanca é rodeada por tropas europeias. O dia termina com 51 mortos pelas tropas francesas.

Em 1958, o general De Gaulle, já com grande dificuldade para conter o avanço da luta de libertação da Argélia, convoca, em 1958, um referendo para constituir a V República Francesa. A consulta popular tinha como objetivo legitimar sua política face à Argélia, pérola do colonialismo francês; tirar votos aos comunistas, sobretudo nas regiões agrícolas francesas onde estes tinham ganho força devido ao seu papel corajoso e preponderante na resistência contra a ocupação alemã; testar todas as colônias de França, que agora tinham o momento para se pronunciarem.

E, no dia 28 de setembro de 1958, os franceses e todos os habitantes das colônias que votavam foram em massa participar no referendo. A estratégia de De Gaulle teve alguns dos resultados esperados: os comunistas perderam, em algumas regiões, quase 30% dos votos que tinham até aí; na Argélia, o sim tem 96% de votos, apesar da oposição da Frente de Libertação Nacional.

A Guiné expressou o seu desejo de independência. A favor do não votaram 346.058 e só 10.335 a favor do sim. Parecia claro que, economicamente, a França permaneceria no país, mas politicamente a Guiné tornava-se independente. O líder da luta anticolonial era Ahmed Sékou Touré, fundador, em 1945, da União dos Sindicatos de Trabalhadores Guineenses e líder do Partido Democrático da Guiné. Touré era um homem ligado à União Soviética – em 1961, recebeu o Prêmio Lenine da Paz – e tinha viajado para Moscovo e Varsóvia enquanto líder da União dos Sindicatos.

O ato de formalização da independência foi a 02 de outubro de 1958. A França reage, eliminando imediatamente qualquer tipo de ajuda econômica à Guiné, e esta se volta à União Soviética, que no imediato também não ajuda economicamente o país. No dia 12 de dezembro de 1958, as Nações Unidas reconhecem a República da Guiné, mas a França nega-se a fazê-lo e inicia um embargo ao país, o que só vai radicalizar as forças anticoloniais, amplamente apoiadas pela população local.

Os resultados do referendo – em que condições reais de democracia e com que taxas de participação efetiva nas colônias tinha sido realizado? – foram aparentemente favoráveis à França na Argélia. Mas a resistência argelina mostrou que não seria administrativamente resolvido o problema do colonialismo e, em 1962, apenas quatro anos depois, a França perde a guerra e é forçada a abandonar o país.

Depois de insistirem numa guerra sangrenta, são obrigados a iniciar negociações, para a independência, com a Frente de Libertação Nacional (FLN), o exército anticolonial argelino, coligação das organizações nacionalistas. As conversas têm lugar na vila termal de Evian, em França. Os sectores ultrafascistas franceses reagem com desagrado à possibilidade de uma Argélia independente e criam, em abril de 1961, uma organização terrorista, a OAS, Organização do Exército Secreto, formada por políticos e militares franceses e alguns argelinos que se opunham à independência. Entre eles um homem que viria a ser muito famoso nos novos grupos fascistas na Europa do fim do século XX, Jean-Marie Le Pen.

As bombas da OAS fazem-se ouvir, e matam, em Paris, Argel e Evian. Povoados muçulmanos na Argélia sofrem ataques do OAS, várias ameaças de morte e o comissário principal de Argel, Roger Gabory, é assassinado na sua casa. O terrorismo não inverteu a situação. O apoio à FLN era massivo, como

retratou de forma magistral Gillo Pontecorvo (1966) no seu épico filme *A Batalha de Argel*.

Em 1962, Ben Bella, que tinha sido preso em 1956, torna-se presidente da Argélia independente.

A “ingerência humanitária”, a política por outros meios

Poucos europeus sabiam, em 1967, situar o Biafra no mapa. Esta região no Sudeste da Nigéria, atravessada pelo rio Níger, era desconhecida da maioria da população mundial, que, em 1967, ficou chocada com a guerra que aí alastrou. Foi de tal forma marcante que a geração que assistiu à guerra recorda a “fome do Biafra” como as gerações seguintes recordariam a Etiópia ou o Darfur.

A Nigéria, país mais populoso de África, situa-se no golfo da Guiné. Logo em 1901 a Nigéria tornara-se num protetorado do Reino Unido e, em 1914, no dealbar da Primeira Guerra Mundial, que disputou os territórios coloniais, a Nigéria tornara-se oficialmente uma colônia britânica. As lutas anticoloniais no país radicalizaram-se depois da Segunda Guerra Mundial e o Governo britânico preparou rapidamente uma transição para um regime neocolonial, apoiando-se em grande medida na população da região norte. O homem de confiança dos ingleses era Abubakar Tafawa Balewa, *sir* Abubakar, depois de condecorado pelo Império Britânico.

Em janeiro de 1966, um grupo de oficiais ligados à etnia ibo fez um golpe de Estado, depondo o regime federal e assassinando Abubakar. No Norte, começou imediatamente o assassinato indiscriminado dos ibo que aí viviam. Seis meses depois, um contragolpe organizado por homens do Norte, ligados a Abubakar e aos ingleses, retira o poder aos ibo. Estes começaram a fugir em direção à região onde eram maioritários, o Sudeste – que dominava o delta do rio Níger, onde tinham sido descobertas importantes jazidas de petróleo. No dia 30 de maio de 1967, declararam a secessão do resto da Nigéria e proclamaram a República do Biafra. O Governo federal, apoiado pelos ingleses, opôs-se de imediato à secessão. Começou aí a Guerra do Biafra, que só terminaria em 1970.

Os ingleses e os norte-americanos apoiavam o Governo federal da Nigéria, para que pusesse fim à rebelião no Biafra, mas a maioria dos países de África também o faziam (temendo que a secessão do Biafra fosse um precedente para outros países). Por outro lado, a própria URSS apoiou o Governo nigeriano.

Do outro lado estavam os países abertamente colonialistas, a começar pela África do Sul e Portugal – foi a partir de São Tomé que se forneceram alimentos e armas aos homens do Biafra. A França e a Alemanha, com óbvios interesses no petróleo, também apoiavam o Biafra.

Em muitos países, como Portugal e Espanha, popularizou-se o ditado “passa mais fome do que no Biafra”. Segundo um relatório publicado pela UNICEF no dia 23 de janeiro de 1969, já havia, fruto da guerra, um milhão e meio de vítimas, a maioria mulheres e crianças. A Guerra do Biafra foi a antecâmara da guerra televisionada – que seria, de fato, a do Vietnã. É também na tragédia do Biafra que é inaugurada a *ingerência humanitária* (Chesnais, 1997; Coutinho, 2005; Montaña, 2002) como forma de expandir a influência dos países centrais, contornando a oposição anticolonialista de grande parte dos europeus, sobretudo dos organizados em torno de movimentos de esquerda. É a “política por outros meios”.

Na sequência da Guerra do Biafra, é criada em França a organização *Médicos sem Fronteiras* (MSF), que inaugurou este tipo de ajuda aos países periféricos e pobres. A França apoiou a ida de vários médicos franceses à região, como forma de conseguir simpatia mundial para com a secessão deste território.

Entre estes voluntários estava o médico francês Bernard Kouchner, que, ao regressar a França, criticou a fome generalizada provocada pelo bloqueio nigeriano ao Biafra e a “convivência” da Cruz Vermelha. Os MSF são criados em 1971 e o seu princípio, adquirido na mediatização da fome provocada pelo bloqueio ao Biafra, era o de que uma organização não devia ser neutral – defeito que apontavam à Cruz Vermelha. Os MSF defendiam que era necessário criar uma organização que, para além de tratar dos feridos e da ajuda humanitária, devia sensibilizar a população mundial para os conflitos e ter influência junto do poder político. O princípio era o de que a neutralidade podia significar cumplicidade.

A 12 de maio de 1971, um terramoto devastou o Paquistão oriental – atualmente o Bangladesh – e a França começou a enviar para o território medicamentos sob o nome dos MSF. No final da década de 70, perante as atrocidades ocorridas no Vietnã e a campanha internacional contra a guerra, os MSF promovem a campanha “Um barco para o Vietnã”, que, para além de levar medicamentos, leva dezenas de jornalistas. Alguns médicos da organização opõem-se a esta ideia, por acharem que o espetáculo se está a sobrepôr à ajuda humanitária, e há uma cisão na MSF. Kouchner e outros 15 médicos criam a organização *Médicos do Mundo* para levar a cabo a campanha. Hoje, os *Médicos sem Fronteiras* estão presentes em mais de 70 países do mundo.

O prolongamento do conflito do Biafra começa a pôr em causa a relação da França com outros países africanos e De Gaulle começa a retirar o apoio ao Biafra em 1969. No fim desse ano, a República do Biafra é reintegrada na Nigéria. A guerra termina oficialmente em 1970.

No dia 12 de março de 1966, o *Diário de Lisboa* abre com a notícia da proibição do Partido Comunista da Indonésia (PKI) e da chegada ao poder do general

Suharto. O golpe, apoiado pelos EUA, Grã-Bretanha e Austrália, iniciou aquilo a que o historiador Eric Hobsbawm chamou, em *A Era dos Extremos*, “provavelmente a maior carnificina política da história” (1996, p. 425): calcula-se que morreram, no seguimento do golpe, meio milhão de comunistas e opositores ao novo regime de Suharto. O regime indonésio desde a independência resultava de uma frágil frente nacional, constituída por aliança entre nacionalistas burgueses e o PKI.

Suharto manteve-se no poder até 1998, substituído numa operação cosmética por Habibie. O regime só tremeu quando a crise econômica asiática, a resistência timorense e as mobilizações populares contra a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia – que, em 1999, em Portugal levaram à rua centenas de milhares de pessoas (Almeida, 1999) – obrigaram os EUA, pela mão da então secretária de Estado Madeleine Albright, a pressionar a Indonésia. Timor-Leste torna-se independente em 2002, estando hoje a sua economia dependente sobretudo da Austrália.

O Oriente-médio e o Norte da África

As peças mais importantes no quebra-cabeças imperialista do pós-guerra e no modelo neocolonial foram o Oriente-médio e o Norte da África, pelas importantes reservas de petróleo.

No dia 31 de agosto de 1969, um golpe de Estado levado a cabo por um movimento de oficiais, liderado por Muammar el-Kadhafi, derrubou a monarquia na Líbia, pondo fim ao regime reacionário, pró-ocidental de Idris e iniciando um novo período da história deste país do Norte de África.

Até 1911, a região que corresponde hoje à Líbia, no Norte da África, era ocupada, quase na totalidade, pelo Império Otomano. Naquele ano, a Itália invadiu a região, dando início a uma guerra que durou um ano. A Itália ocupou o território, que, até 1927, ficou conhecido como Norte da África italiano. Em 1927, a colônia foi dividida pelos italianos em dois territórios, a Cirenaica italiana e a Tripolitana italiana. Será só em 1934 que o Governo italiano, liderado por Mussolini, passa a designar esta colônia como Líbia – uma recuperação do nome dado pelos gregos ao Norte da África (excluindo o Egito).

Durante a Segunda Guerra Mundial, formou-se na Líbia um movimento de resistência à ocupação que ajudou a derrotar a Itália. Com o fim da guerra, os Aliados são obrigados a aceitar a independência da Líbia, mas da forma mais suave possível, transferindo o poder para o rei Idris e formando uma monarquia constitucional e hereditária. Formalmente, o Reino Unido da Líbia nasce em 24 de dezembro de 1951.

A grande mudança da Líbia se dará, porém, a partir do final da década de 1950, com a descoberta de importantes reservas petrolíferas e com a radicalização das lutas anticoloniais, do movimento nacionalista árabe e do nasserismo, depois da Guerra do Suez. Apesar das riquezas naturais, a Líbia continuava a ser tratada como uma colônia no sistema internacional de Estados e a maioria da população vivia na pobreza. Cresciam os grupos políticos que denunciavam a concentração de dinheiro no rei, na sua família e numa pequena elite do país. Foi este contexto que originou, em 1969, o golpe liderado por Kadhafi, que nessa altura tinha 27 anos e liderava um pequeno grupo de oficiais que tomou o poder quando o rei Idris se encontrava em visita oficial à Turquia.

Eric Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, defende que o golpe de Kadhafi tem em comum com outros golpes pós-Segunda Guerra Mundial o carácter colonial dos regimes, a maioria da população camponesa e a participação de oficiais de origem humilde:

Na verdade, a típica revolução pós-outubro do século XX, à parte alguma explosão localizada, seria ou iniciada por um golpe (quase sempre militar), capturando a capital, ou o resultado final de uma luta armada extensa e em grande parte rural. Como os oficiais subalternos – muito mais raramente sargentos – de simpatias radicais ou esquerdistas eram comuns em países pobres e atrasados, onde a vida militar oferecia perspectivas de uma carreira atraente para jovens saudáveis e educados de famílias sem bons conhecimentos nem riqueza, essas iniciativas costumavam ser encontradas em países como o Egito (a Revolução dos Oficiais Livres de 1952) e outros do Médio Oriente (Iraque em 1958, Síria em vários momentos a partir dos anos 50 e Líbia em 1969) (Hobsbawm, 1996, p. 85).

O grupo de oficiais liderados por Kadhafi declara, logo no dia do golpe, em 01 de setembro, a abolição da monarquia e a proclamação da nova República Árabe da Líbia.

O regime líbio manteve-se relativamente fechado ao mundo até 2003, altura em que assinou acordos internacionais que previam a liberalização da economia. Nesse ano, depois dos acordos, as Nações Unidas levantaram as sanções económicas à Líbia e o país pediu a adesão à Organização Mundial do Comércio. No auge das revoluções antiditatoriais das primaveras árabes, Kadhafi foi deposto por uma co-ligação militar norte-americana com apoio de alguns países europeus.

No dia 2 de junho de 1964, em Jerusalém Leste, o Congresso Geral Palestino aprova a criação da OLP – Organização de Libertação da Palestina (Pappe, 2006), com o intuito de lutar por um Estado palestino democrático e laico, onde cristãos, judeus e muçulmanos pudessem conviver em paz. A OLP nasce patrocinada pela Liga Árabe, mas na sua génese está a necessidade de os próprios palestinos criarem uma organização independente dos árabes vizinhos. O primeiro comité

executivo foi formado no dia 08 de agosto de 1964 e tinha como líder Ahmad Shuqeiri.

Desde os anos 1950 que se multiplicam as organizações a favor de um Estado palestino. Nessa década foi formada a Federação dos Estudantes Palestinos, o Movimento Nacionalista Árabe – fundado, em 1951, pelo médico George Habash (que, em 1967, iria formar a Frente Popular de Libertação da Palestina) –, a Liga dos Poetas, em 1952, a associação al-Ard (A Terra).

Israel tinha saído fortalecido da Guerra dos Seis Dias, em 1967. A situação dos palestinos, expulsos do seu território (literalmente das suas casas), agravava-se. Muitos palestinos são colocados em campos de refugiados nos países vizinhos. Entre eles, a Jordânia, cuja aliança com os Estados Unidos fez expulsar do seu território a OLP, que foi fixar-se no Líbano. É na sequência desta expulsão que se funda a organização Setembro Negro, vinculada diretamente à OLP, e a Al-Fatah, liderada por Yasser Arafat. A primeira ação de peso da Setembro Negro foi a morte, em 1971, do primeiro-ministro jordano, Wasfi Tel.

Em setembro de 1972, tiveram lugar na Alemanha, em Munique, os primeiros jogos olímpicos realizados em solo alemão desde a era nazista. Chamaram-lhes simbolicamente Olimpíadas da Paz. São inaugurados a 26 de agosto de 1972. Na madrugada de 05 de setembro de 1972, um grupo de guerrilheiros da organização Setembro Negro entra no edifício israelita da Aldeia Olímpica e mata dois membros da equipe e sequestra nove.

O grupo torna públicas as suas exigências: a libertação de mais de duas centenas de presos palestinos encarcerados em território israelita e um avião para abandonar a Alemanha Federal. Israel oferece-se para enviar um grupo de operações especiais, mas o Governo alemão recusa. Nas negociações, os alemães conseguem convencer os palestinos que as suas reivindicações foram aceitas e que vão levá-los ao aeroporto, para abandonarem a Alemanha. O comando palestino, nove atletas sequestrados e a polícia partem em direção ao aeroporto. Quando chegam, os palestinos concluem que é um blefe e começa um tiroteio. No conflito, morrem os atletas e os três palestinos sobreviventes são presos.

1972 não foi a primeira vez que os jogos serviram de palco de protesto político. Em 1936, nos Jogos Olímpicos de Berlim, formou-se uma coligação de organizações de judeus e de sindicatos de trabalhadores contra o nazismo. Exigiam a não participação dos EUA. O mais marcante momento político veio, porém, em 1968, nos Jogos Olímpicos da Cidade do México, quando dois atletas negros, afroamericanos, Tommie Smith e John Carlos, foram ao pódio receber as medalhas erguendo o punho. Na mão uma luva negra, simbolizando o *Black Power*, a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis e a igualdade. O presidente do Comité Olímpico Internacional exigiu de imediato a sua expulsão

dos jogos, o que acabou por concretizar-se. De volta a casa, foram alvo de ameaças de morte e ostracizados no meio desportivo. Mas nos meios de esquerda do mundo inteiro, no ano do Maio de 68, foram aclamados como heróis. Em 1980, os EUA boicotaram, levando consigo dezenas de aliados, os Jogos Olímpicos de Moscovo. Em 1984, a URSS respondeu, boicotando os de Los Angeles.

Em 1967, uma coligação de países árabes foi derrotada por Israel. Esta derrota abriu espaço a que Arafat se consagrasse como líder da OLP – o que viria a acontecer em fevereiro de 1969 –, em detrimento de outros dirigentes, como Habash, que estavam politicamente mais próximos do nacionalismo árabe. Cinco anos depois da eleição de Arafat, a Liga Árabe reconhece a organização como a legítima representante do povo palestino. Na proclamação ao congresso de fundação da OLP, na sua Carta Nacional, foi defendido o “direito do povo palestino à sua pátria, Palestina”, e afirmada a “batalha inevitável para libertar a parte da sua terra usurpada” por Israel. Até aos acordos de Oslo, em 1994, a OLP nunca reconheceu o Estado de Israel.

A OLP nasceu já com importantes contradições internas, espelhadas aliás na sua Carta Nacional. Por um lado, a OLP apoiava a ideia de um Estado árabe único no Médio Oriente, que unisse a nação árabe, um projeto dirigido por Gamal Abdel Nasser, líder egípcio. Por outro lado, a OLP defendia e lutava pela criação de um Estado palestino. Isso não tinha o acordo, por exemplo, da Jordânia, que reclamava o território da Cisjordânia. Mais ainda, para além das divisões entre árabes e judeus, havia profundas contradições de classe entre os próprios árabes, que, com a crescente importância do petróleo, criaram burguesias autóctones que olhavam com desconfiança movimentos de massas contra Israel.

Os nacionalismos árabes laicos e progressistas acabaram aliás por abraçar políticas neoliberais que levaram à crise das direções laicas e à emergência de direções ultrarreacionárias, como o fundamentalismo islâmico, que derrotou as primaveras árabes de 2010-2011. Incentivando e piorando uma das maiores crises que esses povos – e secundariamente a Europa – enfrentaram, até hoje sem solução, a crise dos refugiados.

“No cais de Esmirna”

“Elas gritavam”. Era o pior. As mães e os seus gritos no cais. O relato do conto No cais de Esmirna é de Ernest Hemingway (2003)², regressado às armas – agora, à Guerra Greco-Turca de 1919-1923. Esmirna, de onde foram expulsos 1,5 milhões de gregos da Ásia Menor depois da Primeira Guerra Mundial.

¹ Citado em República, no dia 22 de abril de 1955.

Atenas moderna, hoje símbolo do declínio do projeto da União Europeia, foi construída por estes refugiados. Desde 2008, cresceu exponencialmente o número de refugiados e deslocados – são hoje 52 milhões, a maioria de zonas ricas em matérias-primas. À Europa chega apenas a ponta do icebergue, que são os que têm capacidade de pagar a intermediários ilegais.

Esmirna fica a 230 quilómetros de Bodrum, a praia de onde partiram, a 02 de setembro de 2015, Aylan e Galib, com a mãe e o pai, num barco de borracha, para chegar à ilha de Kos, a quatro quilómetros de distância. Terão navegado 500 metros – a 20 minutos de braçadas de terra, morreram. Aylan, dois anos, morreu, vestido com doçura, na posição semifetal. A caminho da Europa. Aylan “era um homem” – homenagem aqui Primo Levi –, e a sua fotografia entrará para a história como a de Kim Phúk, a menina nua que gritava fugindo dos horrores da Guerra do Vietnã, há quatro décadas. Hoje uma senhora que vive no Canadá, o mesmo país onde Aylan se tornaria homem se o asilo à família não tivesse sido concedido depois da morte.

O filme *Rambo III* terminava, antes de ser mudado uns anos depois, com uma dedicatória final a “todos os combatentes pela liberdade, *mujahedins* do Afeganistão”, armados pela monarquia absoluta teocrática da Arábia Saudita e pelos EUA contra a URSS, na guerra civil que se seguiu à invasão soviética de 1979.

É esta a origem mais remota dos grupos terroristas que encheram as páginas dos jornais da Europa depois dos terríveis atentados em várias cidades da Europa, Londres (2005), Paris (2015), Nice (2016), entre outros, que mataram centenas de pessoas. Em rigor, ninguém sabe hoje qual é a dimensão destes grupos, quantos são, de onde vêm, quem os financia.

O processo histórico é o resultado de uma combinação complexa de fatores subjetivos e objetivos, mas um barril de gasolina raramente tem dificuldades de encontrar um fósforo. A história encontra os seus loucos se for feita para tal.

O grande salto da urbanização nas sociedades periféricas dá-se na segunda metade do século XX na Índia, na África, no Oriente-médio. O fim das sociedades camponesas, em pleno auge do falhado nacionalismo árabe (Ali, 2003), e sua evolução posterior para políticas liberais encheram as cidades destes países de megabairros de lata e milhões de desempregados a viver em condições sub-humanas. O Estado de bem-estar social era inexistente nestes lugares – expressão que quiçá nem se pronuncia nestes territórios –, existem velhas solidariedades familiares e os lugares de culto passaram a ser espaços de educação, saúde, serviços de reprodução social da força de trabalho.

As universidades ocidentais mudaram o nome às disciplinas de estudo dos países periféricos *de coloniais para pós-coloniais* (Borón, 2007). Acomodação acrítica

– sem exceção, são todas sociedades neocoloniais, com mais dependência econômica hoje dos países centrais do que na década de 1960 e 1970, quando essa subordinação já era manifesta.

Falamos de países devastados por uma política neocolonial que assenta 1) na exploração maciça dos seus recursos naturais; 2) na destruição da sua soberania alimentar, pelo domínio da monocultura do chá, café, cacau, soja e óleo de palma, e no apoio na Europa aos excedentes alimentares que financiam as rendas agrícolas dos grandes proprietários, ao abrigo da Política Agrícola Comum, excedentes que, para se evitar que entrem no mercado baixando o preço dos alimentos, são comprados pelos Estados europeus, doados às agências humanitárias, que os despejam em África, arrasando os agricultores locais (Hardoon; Fuentes-Nieva; Ayele, 2016). Muitos destes países, sobretudo nas zonas ricas em petróleo, são “alvos perfeitos” para o complexo industrial-militar norte-americano.

No seu discurso ao receber o Prémio Nobel, Harold Pinter recordou: “Os EUA ocupam 732 instalações militares em 132 países [...]. Os EUA possuem 8000 ogivas nucleares, 2000 estão em alerta máximo prontas a ser lançadas em 15 minutos” (Pinter, 2006, p. 35). A lista de produtos a serem consumidos – aviões, aço, *drones*, eletrónica, tecnologia diversa, informática – é proporcional ao número de países que são bombardeados, lista que aumenta todos os anos: Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria, Mali, Palestina (Martins, 2005). O coração da maior indústria do mundo é a de armas, está nos EUA e é a partir da sua evolução (composição da capacidade instalada e custo do trabalho) – em conjunto com a indústria automobilística – que hoje os mais sérios economistas avaliam o desencadear da próxima crise cíclica (Roberts, 2016; Carchedi, 1991; Van der Linden, 2018).

Nestas guerras, os governos europeus têm sido cúmplices, companheiros de armas, ou simplesmente inábeis, malgrado a maior manifestação da história da humanidade, em 2003, ter mostrado a rejeição a estas políticas por parte dos povos da Europa. No dia 15 de fevereiro de 2003, as maiores manifestações da história da Europa tiveram lugar, com dois milhões de pessoas em Londres, um milhão em Madrid, contra a invasão do Iraque pelos EUA, numa coligação internacional. Em Lisboa, participaram 80.000 pessoas.

O grosso do comércio e valor era entre países europeus e não entre estes e as colónias. Mas, na cadeia produtiva de acumulação do centro, há uma dependência de matérias-primas da periferia (e do trabalho barato ou forçado). Os mercados coloniais e neocoloniais são vitais às economias europeias. O “petróleo e sangue” do Oriente-médio são parte integrante da cadeia produtiva automóvel da Alemanha de hoje; como o algodão angolano do trabalho forçado usado por Portugal (e pelas empresas inglesas nas colónias portuguesas) foi, até 1974, parte do impulso do crescimento da indústria têxtil do Norte do país. São trocas

desiguais profundas entre centro e periferia. Numa palavra, neocolonialismo. A renda destes territórios periféricos, correspondentes ao terceiro mundo, era 1/5 do primeiro mundo em 1850 e 1/14 em 1970 (Vadney, 1998, p. 90).

Concluímos, por isso, com as palavras de Prashad:

Na década de 1970, as novas nações já não eram assim tão novas. [...] As exigências populares de terra, pão e paz foram ignoradas em nome das necessidades das classes dominantes. Guerra interna, falta de controlo dos preços das commodities primárias, incapacidade para superar a sufocação do capital financeiro levaram a uma crise nos orçamentos de grande parte do terceiro mundo. [...] O patriotismo da linha de fundo superou a solidariedade social obrigatória. [...] Ativistas de todos os tipos surgiram para preencher o espaço que outrora tinha sido assumido por várias formas de socialismo. Religião fundamentalista, raça e formas não construídas de poder de classe emergiram de destroços do projeto do terceiro mundo. A morte do terceiro mundo foi catastrófica (2007, p. xviii – tradução nossa).

Referências

- ACHCAR, Gilbert. *Morbid Symptoms: Relapse in the Arab Uprising*. Stanford: Stanford University Press, 2016.
- ALI, Tariq. *The Clash of Fundamentalisms: Crusades, Jihads And Modernity*. London: Verso, 2003.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Epílogo do império: Timor-Leste e a catarse pós-colonial portuguesa. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 55, p. 7-26, 1999.
- ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História*. Situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.
- BORON: Atilio A. et al. (org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Campus Virtual, 2007.
- CARCHEDI, Guglielmo. *Frontiers of Political Economy*. London: Verso, 1991.
- CASTANHEIRA, José Pedro. *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* Lisboa: Relógio d'Água, 1995.
- CHESNAIS, François. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1997.
- COUTINHO, Joana. ONG's: caminhos e (des)caminhos. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 13/14, p. 57-64, 2005.
- HARDOON, Deborah; FUENTES-NIEVA, Ricardo; AYELE, Sophia. An economy for the 1%. How privilege and power in the economy drive extreme inequality and how this can be stopped. *Oxfam: Policy and Practice*, 18 jan. 2016. Disponível em: <<https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/>

- an-economy-for-the-1-how-privilege-and-power-in-the-economy-drive-extreme-inequ-592643>. Acesso em 23 jan. 2016.
- HEMINGWAY, Ernest. On the Quai at Smyrna. In: *The Complete Short Stories of Ernest Hemingway. The Finca Vigía Edition*. Nova York: Scribner, 2003.
- HOBSBAM, Eric. *A Era dos Extremos*. Lisboa: Presença, 1996.
- LOUÇÃ, António. *Hitler e Salazar: comércio em tempos de guerra, 1940-1944*. Lisboa: Terramar, 2000.
- _____. *Negócios com os Nazis: ouro e outras pilhagens, 1933-1945*. Lisboa: Fim de Século, 1997.
- MAKDISI, Karim; PRASHAD, Vijay (eds.). *Land of Blue Helmets: The United Nations and the Arab World*. Oakland: University of California Press, 2017.
- MARTINS, José. *Império do Terror, Estados Unidos: ciclos econômicos e guerras no início do século XXI*. São Paulo: Sundermann, 2005.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NEALE, Jonathan. *La Otra Historia de la Guerra de Vietnam*. Madrid: El Viejo Topo, 2003.
- PAPPE, Ilan. *A History of Modern Palestine: One Land, Two Peoples*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- PELIKÁN, Jirí. The struggle for socialism in Czechoslovakia. *New Left Review*, London, n. 71, 1972.
- PINTER, Harold. *A Teia*. Lisboa: Dinossauro, 2006.
- PONTECORVO, Gillo. *A Batalha de Argel*. Drama/Filme histórico, 121 min, 1966.
- PRASHAD, Vijay. *The Darker Nations: A People's History of the Third World*. New York, London: The New Press, 2007.
- ROBERTS, Michael. *The Long Depression*. Chicago: Haymarket Books, 2016.
- ROSAS, Fernando (org.). *Portugal e o Estado novo* (Nova História de Portugal, vol. xii). Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- VAN DER LINDEN, Marcel. Edward L. Sard (1913–99), theorist of the permanent war economy. *Critique*, vol. 46, n. 1, 2018.
- VARGAS LLOSA, Mario. *O Sonho do Celta*. Lisboa: Quetzal, 2010.
- VADNEY, T. E. *The World Since 1945*. London: Penguin Books, 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno*. Porto: Afrontamento, 1990.